

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS Nº19/2006.** Aos  
2 dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, das 8h30m às 11h, na sala de reuniões da Associação de Cegos do  
3 Vale do Itajaí - ACEVALI, reuniram-se para reunião ordinária do CMAS, convocada por seu presidente Sr Júlio César Pereira,  
4 os conselheiros (as) abaixo relacionados (as): **Representantes Não-Governamentais: Categoria Organizações de**  
5 **Usuários:** Sra Marli Hertel 1ª suplente, com ausência justificada da conselheira Sra Maria Lenira Fiamoncini titular;  
6 **Categoria Entidades e Organizações de Assistência Social:** Sr Umberto de Oliveira Campos titular, Sra Márcia Piazza  
7 1ª suplente, Sr Joel J. de Campos titular, Sra Lediane Gallassini 2ª suplente, Sr Leoncir Correia 1º suplente; **Categoria**  
8 **Trabalhadores do Setor:** com ausência justificada do Sr Bruno H. Gotwald titular; **Categoria de Defesa de Direitos dos**  
9 **Cidadãos:** Sr Ilmor Juenge 1º suplente, com ausência justificada da Sra Denise Graef titular; **Representantes**  
10 **Governamentais: Secretaria Municipal de Assistência Social da Criança e do Adolescente - SEMASCRI/ Diretoria**  
11 **de Assistência Social:** Sras Patrícia M. Sasse 1ª suplente e Lílian P. T da Costa 2ª suplente, com ausência justificada do  
12 conselheiro Sr Júlio César Pereira titular; **SEMASCRI/ Diretoria da Criança e do Adolescente:** Sra Sônia Regina de  
13 Souza titular; **Secretaria Municipal de Saúde:** Sra Rosimere Moser 1º suplente, com ausência justificada da conselheira  
14 Sra Ana Célia T. de C. Schneider titular; **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC:** Sr Edison  
15 Marques titular; **Secretaria Municipal de Educação:** Sra Maria Bernadete L. Moreira titular; **Universidade Regional de**  
16 **Blumenau – FURB:** Sra Marta Schaefer titular; **Gerência de Gestão Social:** Sras Perla Torrens, Carla A. da Silva, Selma  
17 T. da Silva da Gerência de Gestão Social e demais presentes. O Vice- Presidente do Conselho iniciou a reunião  
18 cumprimentando os presentes e prosseguiu com a leitura da pauta: 1) Aprovação da Convocação nº019/2006; 2) Aprovação  
19 da Ata nº18/6; 3) Correspondências e Informes; 4) Momento das Comissões; 5) Resolução metas PETI; 6) Momento da  
20 Assessoria; 7) Palavra Livre; 8) Visita à entidade ACEVALI. **APROVADA** a ordem do dia por unanimidade. 2- Aprovação da  
21 Ata nº18/06. A conselheira Sra Patrícia solicitou a inclusão de sua fala na linha 123 que não constou na Ata, em que lê-se:  
22 "A conselheira Sra Patrícia ressaltou que quanto aos questionamentos referentes aos projetos financiados pelo FIA, serão  
23 analisados pelo CMDCA". **APROVADA** por unanimidade com alteração. **3-Correspondências e Informes.** a)  
24 Correspondência eletrônica da SEMASCRI repassando a Lei nº. 6.972 que "Dispõe sobre a Prioridade de Atendimento a  
25 Tramitação e Processos Administrativos aos Idosos". **Encaminhamento:** enviar aos conselheiros via e-mail; b) Ofício  
26 Conselho Municipal de Educação - COMED nº. 173/2006 informando que em Plenária Ordinária de 18/09/06 o COMED  
27 deliberou por convidar o CMAS e outros órgãos para discutir a situação dos alunos e familiares da Escola Básica Municipal  
28 "Pastor Faulhaber" localizada na rua Pastor Osvaldo Hesse, no dia 16/10/06, as 8h30m no Centro Municipal de Educação  
29 Permanente - CEMEP sito à rua Humberto de Campos, nº299, 3º andar - Velha. **Encaminhamento:** Indicado pela Mesa  
30 Diretora para representar o CMAS o conselheiro Sr Umberto; c) Correspondência da Vereadora Sra Maria Emilia de Souza  
31 informando que o projeto de Lei 4956/05 que determina a conversão de "milhagem" das passagens aéreas adquiridas com  
32 recursos públicos aos fins que especifica foi indeferido pela Câmara de Vereadores, porém será reapresentado novamente à  
33 Câmara. **Encaminhamento:** enviar Projeto de Lei aos conselheiros via e-mail; d) Ofício Comissão do PETI nº08/06  
34 solicitando complementação da informação constante no ofício nº05/06 encaminhado ao Conselho em 16/08/06. Assessoria  
35 informou ao Conselho que esta correspondência será melhor explicada quando da apresentação do item 5) da pauta. **4 -**  
36 **Momento das Comissões. Relatório da CPPAS nº18/2006.** A conselheira Sra Rosimere procedeu a leitura do relatório  
37 com a seguinte pauta: 1 – Relatórios de Monitoramento dos Centros de Educação Infantil: Wilhelm Theodor. Schurmann com  
38 visita em 2005, Hilca Piazeria Schnaider com visita em 2005; Robert Rudolph Barth com visita em 2005, Profº. Adélio Carlini  
39 com visita em 2006, Profª. Tereza A. E. Augsburguer com visita em 2006; Creches Domiciliares: Louders Milani com visita em  
40 2005, Maria Schwartz com visita em 2005, Louders Milani com visita em 2006, e entidade assistencial: Rede Feminina de  
41 Combate ao Câncer com visita em 2006. **Encaminhamentos:** a) Com relação aos CEIs monitorados e Creches Domiciliares:  
42 enviar ofício para o COMED referenciando os relatórios/2005 dos CEI´s acima monitorados, enviando cópia dos mesmos e  
43 solicitando informações de como o COMED está procedendo com os indicativos realizados pela Comissão de Monitoramento  
44 no parecer do relatório; b) Com relação a entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer: enviar ofício à Comissão de  
45 Monitoramento para que no parecer do relatório da Rede Feminina o Item 1 e 3 sejam indicativos da Comissão de  
46 Monitoramento para a entidade, e que não tenha a sugestão de que a entidade apresente os dados indicados no parecer ao  
47 CMAS. **APROVADO** relatório por unanimidade. **Relatório Mesa Diretora nº10/06.** O conselheiro Sr Umberto procedeu a  
48 leitura do relatório com a seguinte pauta: 1) Convocação nº. 019/2006 aprovada pela Mesa Diretora; 2) Correspondências e  
49 Informes. A assessoria propôs que as correspondências recebidas pelo CMAS passem pela Mesa Diretora para ciência,  
50 análise e encaminhamentos. A proposta foi aprovada pela Mesa Diretora que tomou ciência das correspondências recebidas  
51 pelo CMAS até esta data. **APROVADO** relatório por unanimidade. **5) Resolução metas PETI.** A assessoria procedeu leitura  
52 da correspondência letra d) sendo o ofício Comissão do PETI nº08/06 como segue: "Com relação ao ofício nº. 005/2006, em  
53 que foi informado que o número de metas no município de Blumenau do Programa PETI seria reduzido de 350 para 170,

54 esclarecemos que a Comissão Especial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em reunião do dia 17/10/06,  
55 concluiu, a partir da avaliação dos técnicos de serviço social do programa PETI, que tal redução deveria se dar de forma  
56 gradativa, articulados com a Gerência de Benefícios Sociais, técnicos e o Gestor Municipal de Assistência Social, da Criança e  
57 do Adolescente. Neste sentido, solicitamos ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS a complementação da  
58 informação constante no referido ofício, nos termos ora apresentados”. Com relação a correspondência a conselheira Sra  
59 Patrícia explicou que “Quando do momento desta discussão não nos atentamos para que a diminuição ocorresse, era  
60 necessário que fosse de forma gradativa até 170 metas desta maneira garantindo os atendimentos”. A assessoria explicou  
61 que com a solicitação da Comissão do PETI, no ofício mencionado acima será necessário fazer uma errata para a Resolução  
62 CMAS nº30/06 constando às informações solicitadas. Posto em votação a solicitação da Comissão do PETI que foi  
63 **APROVADA** por unanimidade. **6- Momento da Assessoria.** A assessoria informou que a Associação dos Profissionais de  
64 Serviço Social do Médio Vale do Itajaí – APROSSMVI está promovendo uma palestra com o tema: “Neoliberalismo, Política e  
65 Trabalho no Brasil”, no dia 19/10/06 na sala 101 do Bloco “R” da FURB, com o professor de Sociologia da UNICAMP Sr  
66 Ricardo Antunes. **7- Palavra Livre. a) Assunto:** Palestras na FURB. O conselheiro Sr Ilmor mencionou que é importante os  
67 conselheiros estarem atentos com os eventos no município, pois terça feira (17/10/06) na FURB teve uma palestra  
68 interessante, com o tema: História e Perspectivas da Associação Madres de Plaza de Mayo com a Palestrante Hebe de  
69 Bonafini (Membro Fundadora /Argentina). A conselheira Sra Patrícia informou que a palestra mencionada pelo Sr Ilmor está  
70 sendo oferecida pelo Curso de Ciências Sociais e Filosofia da FURB, durante a Semana do Curso que encerra no dia 20/10/06  
71 e que a programação está disponível no site: www.furb.br. **b) Assunto:** Correspondência letra b) referente ao Ofício COMED  
72 nº. 173/2006 que convidou o CMAS e outros órgãos do município para discutir à situação dos alunos e familiares da Escola  
73 Básica Municipal “Pastor Faulhaber” no dia 16/10/06. A assessoria informou ao Conselho que a Mesa Diretora indicou o  
74 conselheiro Sr Umberto para representar CMAS na reunião, em função da mesma, ter ocorrido antes da plenária. O  
75 conselheiro Sr Umberto informou que na reunião foi apresentado várias dificuldades que a comunidade vem enfrentando,  
76 como a falta de água tratada, de energia elétrica, e até de Unidade de Saúde, tendo um dos principais agravantes o fato do  
77 “Morro da Garuva” não ser legalizado. Em seguida passou a palavra à conselheira Sra Patrícia, que iniciou explicando que a  
78 SEMASCRI foi procurada pelas voluntárias que atuam no “Morro” antes da reunião do dia 16/10/06 para realizar parceria nas  
79 ações comunitárias desenvolvidas pelas mesmas. A assessoria questionou como ocorrem as ações desenvolvidas pelas  
80 voluntárias. Foi esclarecido que os encontros são organizados por este grupo de mulheres voluntárias do município que se  
81 reúnem no último sábado de cada mês para prestar auxílio a comunidade. Esclareceu que a Secretaria já vinha participando  
82 das ações, na qual realizou-se o cadastramento das famílias no Programa Bolsa Família, a orientação às pessoas com  
83 Deficiências quanto ao Benefício de Prestação Continuada, e estará promovendo num próximo encontro discussões e  
84 orientações referentes à Violência Doméstica e Intrafamiliar. Informou que são em torno de 120 pessoas / 340 famílias com  
85 situação irregular na questão fundiária e destas famílias em torno de 30 pessoas possuem algum tipo de deficiência. A  
86 Assistente Social da entidade ACEVALI questionou se existem dados de quais são as deficiências existentes e disponibilizou  
87 os serviços da entidade para Portadores de Deficiência Visual. A conselheira Sra Patrícia irá verificar junto a voluntárias  
88 responsáveis pelo levantamento na região e informará posteriormente a ACEVALI. Continuou explicando que durante as  
89 ações o grupo de voluntárias constatou um surto de pediculose que resultou num convite ao COMED para discutir a situação.  
90 Em função da situação apresentada ao COMED, o mesmo fez convite para as demais Secretarias, Conselhos e órgãos  
91 competentes para discutir a situação, na qual foi definido que as Secretarias e os órgãos competentes estariam  
92 desenvolvendo ações para buscar a solução dos problemas da comunidade. Em seguida a conselheira Sra Patrícia passou a  
93 palavra ao conselheiro Sr Ilmor que “informou que na reunião o representante do Ministério Público Promotor Dr Mário Vieira  
94 esclareceu que existe uma liminar da justiça que não permite que as políticas públicas do município atuem em comunidades  
95 irregulares, pois a execução de obras urbanas (infraestrutura) em terras de particulares (áreas parceladas de forma irregular  
96 ou clandestinamente) deve ser executada pelo autor do parcelamento conforme as leis vigentes, portanto esta situação  
97 mediante intervenção do município acarretará ônus para o mesmo. O conselheiro Sr Ilmor exemplificou a situação colocando  
98 que: uma determinada área que possui legalmente um proprietário de direito, que é falecido e os herdeiros não efetuaram o  
99 inventário, e de alguma forma ocorreu um parcelamento irregular ou clandestino (por invasão, por vendas de parcelas pelo  
100 próprio proprietário ou herdeiros, ou por terceiros), este parcelamento não seguiu às exigências legais conforme Leis  
101 Federais, Estaduais, Municipais, Código Florestal, etc. Esta situação é considerada ilegal, e muitas vezes o parcelamento se  
102 encontra em áreas de preservação permanente (APPs), ferindo o Código Florestal, e conseqüentemente podem ser áreas de  
103 risco, que impossibilitam a regularização fundiária, tendo apenas uma única solução, remoção e ou relocação. Caso ocorra  
104 a urbanização e a regularização, existe a possibilidade de depois de após alguns anos um herdeiro de área irregular solicitar  
105 seu patrimônio e caso o município tiver assumido cuidados com a população que invadiu a área, o mesmo terá que pagar  
106 indenização para o herdeiro, acarretando grandes gastos dos recursos públicos do município. O conselheiro Sr

107 *Ilmor continuou sua fala como segue: "...Quanto a ocupação do Morro da Garuva é idêntica a todas as ocupações irregulares*  
108 *em áreas particulares, parceladas clandestinamente e sem nenhuma infra-+estrutura (água potável, energia elétrica oficial,*  
109 *tratamento de esgoto, coletores de esgoto, coletor de água pluvial, calçamento, espaços públicos, etc) e ainda ocupando*  
110 *área de preservação permanente e encostas com grandes declividades que impossibilitam abertura de ruas. Estes problemas*  
111 *não são apenas locais, mas nacionais e estão gerando problemas sócio - econômicos – educacionais – saúde – sanitário que*  
112 *levam a cidade, assim como ao país um elevado custo. A gestão de João Paulo e Edson Brunsfeld criou a Diretoria de*  
113 *Regularização Fundiária, lotada no Gabinete do Vice-Prefeito com o objetivo de orientar a população para a busca de soluções e*  
114 *também para captar recursos. Consequentemente existe a maior vontade política em resolver os problemas destas áreas*  
115 *que não são poucas. Estas soluções não se encontram apenas na boa vontade da municipalidade, mas sim na união de*  
116 *todos, principalmente dos ocupantes das áreas através de associações, e cada área buscando auxílio junto a Diretoria*  
117 *Fundiária e a justiça, havendo para tanto a necessidade de parcerias com os Cartórios Registrais e como parceiro maior o*  
118 *Ministério Público. A base de todo o problema está na falta de educação que precisa de investimento".* A conselheira Sra  
119 Marta questionou se existe uma pesquisa identificando a procedência das famílias. Foi respondido pelo conselheiro Sr Ilmor  
120 que a Diretoria, compôs uma equipe multidisciplinar (Assistentes Sociais, engenheiro civil, arquiteto e topógrafo, estagiários de  
121 arquitetura, engenharia civil, engenharia florestal, advocacia), para estarem realizando o levantamento e cadastramento,  
122 sejam de ordem técnica (áreas e residências) e de ordem sócio-econômica, em que estima-se o atendimento a 35 mil  
123 famílias em condições irregulares e que esta ação será prioridade para o ano de 2007 e subseqüentes. Cabe também ao  
124 Município, Estado e União fazer a sua parte, isto é, antever e programar as soluções correlacionadas ao crescimento e não  
125 tentar corrigir de uma forma pré-paliativa, pois o crescimento da ilegalidade e irregularidade, junto com a natalidade  
126 desenfreada e a falta de educação ocorre de forma exponencial. **c) Assunto:** Resposta da SEMASCRI ao ofício do CMAS  
127 nº48/06, no qual solicitava que os gestores da Política Municipal de Saúde e de Assistência Social fizessem a mediação das  
128 relações interpessoais entre a equipe do Abrigo Municipal e do CAPSad que atendem constantemente o mesmo público no  
129 sentido de qualificar o atendimento prestado pela rede aos usuários. A conselheira Sra Patrícia respondeu de forma verbal,  
130 com os seguintes encaminhamentos: A SEMASCRI já realizou uma reunião com o Diretor de Assistência à Saúde da SEMUS  
131 Dr Mário Celso para discutir a situação, na qual se concluiu que a mediação será realizada diretamente entre a Diretoria de  
132 Assistência Social, a Gerência de Proteção Especial, a Coordenação do CAPSad e a Coordenação do AMBLU e que a  
133 SEMASCRI buscará mediar a situação da melhor forma possível. **d) Assunto:** O Sr Ademar Hausmann presidente da  
134 ACEVALI agradeceu ao CMAS pela presença e realização da reunião no espaço oferecido pela entidade. Informou que a  
135 entidade iniciou com reuniões entre quatro pessoas cegas e com o tempo tornou-se uma entidade de atendimento a este  
136 público alvo. Foi fundada no ano de 1987, sendo ele um dos fundadores da mesma, estando até os dias atuais na  
137 presidência. Finalizando solicitou que os presentes levassem o folder da entidade para conhecimento dos serviços  
138 desenvolvidos e disponibilizou o espaço para reuniões quando necessário. Nada mais havendo a tratar, deu-se por  
139 encerrada a reunião e eu Perla Torrens lavrei a presente Ata que depois de aprovada, será assinada pelos conselheiros  
140 presentes.

141 **Cientes:** \_\_\_\_\_  
142 Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider \_\_\_\_\_  
143 Artina de Souza Sestern \_\_\_\_\_  
144 Bruno H. Gottwald \_\_\_\_\_  
145 Delcy N. Batista \_\_\_\_\_  
146 Denise Goldacker Graef \_\_\_\_\_  
147 **Edison Marques** \_\_\_\_\_  
148 Grace M. M. Moreira \_\_\_\_\_  
149 Graziela C. G. Salomon \_\_\_\_\_  
150 **Ilmor Juenge** \_\_\_\_\_  
151 **Joel José de Campos** \_\_\_\_\_  
152 Júlio César Pereira \_\_\_\_\_  
153 **Lediane Gallassini** \_\_\_\_\_  
154 **Leoncir Correa** \_\_\_\_\_  
155 Liane Koffke \_\_\_\_\_  
156 **Lílian P. T. da Costa** \_\_\_\_\_  
157 **Márcia E. F. Piazza** \_\_\_\_\_  
158 Maria Aparecida de Moraes \_\_\_\_\_  
159 Maria Aparecida de Oliveira \_\_\_\_\_  
160 **Maria Bernadete L. Moreira** \_\_\_\_\_  
161 Maria Lenira Fiamoncini \_\_\_\_\_  
162 **Marli Haertel** \_\_\_\_\_  
163 **Marta Schaefer** \_\_\_\_\_  
164 **Patrícia Morastoni Sasse** \_\_\_\_\_  
165 Renato Borgonovo \_\_\_\_\_  
166 **Rosimere Moser** \_\_\_\_\_  
167 Sidnei Peron \_\_\_\_\_  
168 **Sônia Regina de Souza** \_\_\_\_\_  
169 Tahis U. Jacobs \_\_\_\_\_  
170 **Umberto de Oliveira Campos** \_\_\_\_\_